A MÍDIA E A CULTURA DA PEDOFILIZAÇÃO DA INFÂNCIA¹

Natália Do Reis Farias²; Monise Serpa Gomes³ Cristina Saling Kruehl⁴

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo identificar os processos de pedofilização dos corpos infantis femininos presentes nas mídias. Para tanto, foi realizada uma revisão narrativa da literatura que incluiu um percurso histórico sobre o sentimento de infância, chegando a contextualizar a infância brasileira e a atual contribuição da mídia para a pedofilização de corpos infantis femininos. Os resultados sugerem que as mídias acabam por vender um padrão de beleza para meninas que as subjetiva por meio da erotização precoce de seus corpos. Por fim, se apresentou a necessidade de um olhar interdisciplinar sobre o tema, para que este possa ser estudado a partir de várias áreas do conhecimento, buscando assim a prevenção e promoção de saúde e bem estar frente à dinâmica infantil.

Palavras-chave: Corpos infantis; Sexualização; Erotização.

ABSTRACT

The objective of this study is to identify the processes of pedophilia of two female infant bodies present in the midst. Therefore, a narrative review of literature was carried out that includes a historical course on the feeling of childhood, trying to contextualize the Brazilian childhood and the current contribution of media to the pedophilia of female infant bodies. The results suggested that half a day I ended up selling a pattern of beauty for men that is subjective through the precocious eroticization of their bodies. Finally, the necessity of an interdisciplinary learning about the topic was presented, so that this could be studied from various areas of knowledge, also seeking to prevent and promote health and be in front of child dynamics.

Key Words: Infant Bodies; Sexualization; Eroticization.

¹ Trabalho final de graduação.

² Estudante do Curso de Psicologia. Universidade Franciscana - UFN. E-mail: nataliareisfarias@hotmail.com

³ Orientadora. Professora Doutora. Universidade Federal de Sergipe - UFS. E-mail: monise.serpa@gmail.com

⁴ Orientadora. Professora Doutora. Universidade Franciscana - UFN. E-mail: cristinaskruehl@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A visão que se tem hoje sobre a infância, quando pensamos sobre o caráter social e histórico da mesma, ocorre por meio de uma construção cultural que apresenta diversas dinâmicas de acordo com o contexto no qual se encontra (CHAMBOULEYRON, 2010; SCARANO, 2010; DEL PRIORE, 2010). A compreensão da criança como um ser dependente e vulnerável só irá surgir a partir da emergência do capitalismo e da ascensão da mídia, que apresenta uma nova fase da infância – a criança como consumidora.

A partir da fase que a criança são vistas como consumidoras, estas passam a serem integradas a programas e propagandas, denunciando assim, uma exposição constante e a erotização dos corpos infantis-femininos através das mídias. (STEINBERG, 1997; FELIPE, 2006). Essa questão, por assumir o caráter de uma problemática social, deve ser um tema abordado por diferentes áreas da saúde e da educação, quando pensamos a partir de uma atuação interdisciplinar, que atue a partir de ações que promovam a promoção e prevenção, buscando assim uma garantia de infância para essas meninas.

Assim o presente estudo, surge no intuito de problematizar as lógicas de pedofilização existentes na nossa sociedade, onde o corpo feminino jovem é exposto de forma sexualizada e colocado em um lugar de experimentação do desejo sexual adulto (FELIPE; GUIZZO, 2003; GUIZZO, 2005). Dito isso, para a consecução do presente estudo, partiu-se da seguinte questão norteadora: “As mídias colaboram por reiterar as lógicas de sexualização dos corpos infantis femininos?”.

2. OBJETIVO

Identificar os processos de pedofilização dos corpos infantis femininos presentes nas mídias.

3. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura, que apresenta caráter amplo e qualitativo e se propõe a descrever o desenvolvimento da identificação dos processos de pedofilização dos corpos infantis femininos presentes nas mídias, sob ponto de vista teórico e contextual. Foi realizada por meio da análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas ou eletrônicas, na interpretação e análise crítica do autor. A revisão narrativa possui papel fundamental na educação continuada, à medida que permite ao leitor adquirir e atualizar conhecimento sobre uma temática específica em um curto espaço de tempo (ROTHER, 2007).

Para responder à questão norteadora “As mídias colaboram por reiterar as lógicas de sexualização dos corpos infantis femininos?”, foram acessados artigos na plataforma biblioteca-SciELO – Scientific Eletronic Library Online, bem como Teses, Dissertações e livros que tratem sobre o assunto. Por meio de buscas avançadas, realizadas no período de setembro de 2020 a fevereiro de 2021, utilizando-se os termos delimitadores de pesquisa, “Infância”, “Mídia” e “Pedofilização” como descritores na plataforma *Google Scholar*. Este processo envolveu atividade de busca, identificação, fichamento de estudos, mapeamento e análise. Após essa etapa foram realizadas leituras dos artigos pelo resumo, tarefa necessária, pois apesar do uso dos descritores, foi obtido muito material que não condizia com o tema abordado. O recorte temporal ficou amplo e justifica-se pelo fato de que estudos sobre a cultura de pedofilização da infância exigem a análise histórica e cultural dos fatos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE A INFÂNCIA

Quando pensamos criticamente no que é ser criança, por meio de seu caráter histórico e social, percebemos esta como algo culturalmente construído e que apresenta multiplicidades de acordo com diferentes períodos e contextos. Tais estudos têm suas origens e influências no trabalho de Phillipe Ariès (1981), para o autor a infância, durante o período da Idade Média,

era vista como uma fase de transição rápida sem muita importância, onde não havia uma diferenciação nítida entre o adulto e a criança.

Estudos mais recentes trazidos pelo escritor Colin Heywood (2004), mostram que neste período as crianças eram destinadas a serviços mais leves em comparação aos adultos e já existiam algumas noções sobre as etapas do crescimento. Palavras referentes a “criança” eram relacionadas também a servidão ou dependência, sendo aplicadas igualmente para adultos ou jovens que prestassem serviços. Assim, percebe-se que a infância não foi totalmente ignorada na idade média, mas apresentada sem uma definição nítida e por vezes vista com pouca importância.

Segundo Heywood (2004), com o ideal romântico da infância, que surge no final do século XVII e no início do século XIX, essa fase passa a ser relacionada ao sentimento de inocência e pureza. Entretanto, o autor cita que essas novas formas de perceber a criança como um ser frágil e vulnerável não era predominante e tinha maior repercussão na classe média. A classe trabalhadora ainda continuava contando com o salário de seus filhos e no período da revolução industrial eram muitas as crianças que trabalhavam em fábricas.

Tal fato perdura até a legislação sobre trabalho infantil entrar em vigor juntamente com a educação compulsória, atribuindo a infância um valor sentimental de vulnerabilidade que se perpetuou também entre as crianças das classes trabalhadoras. No final do século XIX e início do XX, surgem movimentos para estudos sobre as crianças e o desenvolvimento de várias ciências que serão importantes para consolidar essa construção da infância como um lugar de inocência, dependência e vulnerabilidade (HEYWOOD, 2004).

4.2 AS INFÂNCIAS BRASILEIRAS E O CONSUMO

Segundo Mary Del Priore (2010), no período da colonização a infância era vista como uma fase de pouca importância, onde a morte era encarada como uma fatalidade cotidiana. A construção do sentimento de infância estava se iniciando no Brasil, onde as influências do pensamento ocidental se refletiram nas políticas educacionais e assistencialistas da igreja voltadas para as crianças indígenas, mestiças e portuguesas (CHAMBOULEYRON, 2010). Para Julita Scarano (2010), o sentimento de “paparicação” também surge neste momento no Brasil, onde crianças pequenas eram tratadas como brinquedos pelos adultos. Entretanto, havia

uma grande discrepância entre as crianças filhas de pais livres e as crianças negras filhas de escravos. Enquanto as primeiras, aos sete anos, já eram consideradas aptas para serem educadas em suas casas ou frequentarem as escolas régias, as últimas eram desprovidas de qualquer direito desde seu nascimento.

No Brasil, embora a criança já fosse reconhecida com certas distinções, nas camadas mais economicamente oprimidas o trabalho infantil se torna uma possibilidade. As crianças acabavam por trabalhar em fábricas, em situações insalubres (MOURA, 2010). Já no período da República, houve um grande número de crianças abandonadas. Frente a estas duras realidades, movimentos contra a exploração infantil começam a ganhar força, resultando, assim, na criação pelo Estado, de políticas sociais e legislações específicas destinadas às crianças e adolescentes (PASSETTI, 2010). Entretanto, é só a partir dos anos 20 que ações governamentais começam a ganhar forma, sendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela lei nº 8.069, em 1990, considerado um marco da conquista dos direitos da criança, onde a partir disto se instaura uma visão da criança como um ser que necessita de cuidados específicos (PASSETTI, 2010).

Ao analisar a infância americana por meio da publicidade, Shirley Steinberg (1997) sugere que as grandes corporações empresariais produzem ideologias de consumo para as crianças, na medida que relaciona a felicidade ao ato de comprar. Segundo a autora, estas ideologias assumem o caráter de pedagogias culturais, visto que moldam a consciência e a identidade individual através desta interação das crianças com a mídia. Segundo Rita Pereira (2002) foi somente na década de 60 que as crianças passaram a ser protagonistas em programas voltados para o público infantil. Já nos anos 80, os programas infantis vivenciam uma mudança, onde a figura da apresentadora assume o foco e crianças são chamadas para participarem de gincanas e brincadeiras. Nestes programas, produtos passam a ser exibidos como brinquedos, roupas e doces que traziam estampados os seus personagens ou desenhos animados, consolidando, assim, o status de consumidor para as crianças.

Segundo Eliane Karsaklian (2014), as crianças aprendem a ser consumidoras por meio de uma publicidade que sabe como seduzi-las, fazendo uso em suas propagandas de personagens animados e músicas alegres. A criança não percebe que por trás de todo esse espetáculo se encontra uma profunda teia empresarial que busca um lucro próprio. A autora

ainda cita que por toda essa influência midiática que propaga o consumo, as crianças não buscam mais estar nesse lugar de dependência e infantilização e sim agirem como os adultos.

Essa grande mídia também captura as relações de gênero, realizando um direcionamento para tal dentro do mercado do consumo infantil. O gênero é uma construção social e histórica. É através dessa construção que se originam e se reproduzem relações desiguais entre os sexos feminino e masculino, criando uma hierarquia de gênero (LOURO, 1997). Para Guizzo (2005), é o corpo jovem feminino o mais visado dentro das ideologias de gênero propostas pelas mídias. As meninas, ao aparecer em propagandas, são retratadas como pequenas mulheres, que apresentam grande preocupação com relação a aparência e a vaidade. Para a autora, tal corpo foi transformado pela mídia como um produto de consumo ao aparecer de forma provocante, erotizada e sexualizada. Assim, podemos pensar que este corpo-produto comercializado pelas mídias subjetiva as meninas com tais ideais de gênero, a partir de um posicionamento sexualizado de seus corpos.

4.3 A PEDOFILIZAÇÃO DAS MÍDIAS

Jane Felipe (2006) discorre sobre o conceito de pedofilização da sociedade, uma prática social contemporânea que sexualiza corpos infantis femininos através das diferentes mídias, acionando estes de forma sedutora, erotizada e desejável. A autora, ao utilizar o termo pedofilização, deseja problematizar a ideia de que a erotização de meninas seja restringida a uma prática patológica cometida pela figura do pedófilo. Felipe, ao utilizar o termo pedofilização, busca denunciar o viés social dessa prática, visto que há uma legitimação da erotização de meninas por parte das mídias pôr as colocarem de forma sexualizadas em programas ou propagandas que se dirigem ao público adulto. Dessa forma, a pedofilização da infância é um processo que une a sexualidade, o capital e as mídias, onde as barreiras entre o mundo da criança e do adulto se tornam permeáveis e o corpo infantil é colocado como objeto de desejo sexual do adulto.

Para Valerie Walkerdine (1999) o que existe é um complexo processo que constrói um olhar sobre as meninas, que ora as percebe de forma angelical e assexuada, ora de forma erótica e sensual. Para a autora, essas duas formas são nocivas, visto que ou elas são interpeladas por um discurso da infância como uma fase assexuada e sem mácula, no qual elas não têm sua

sexualidade própria da fase infantil reconhecida, ou elas sofrem uma intrusão da sexualidade adulta no seu mundo infantil.

Felipe (2006), ainda no debate sobre esse tema, relaciona a pedofilização com as lógicas heteronormativas presentes em nossa sociedade, pois ainda existe uma ideia de que os homens são incontroláveis sexualmente. A autora também denuncia como esse olhar masculino sobre os corpos infantojuvenis acabam por subjetivar as meninas. Segundo Serpa (2018), há um investimento erótico dos homens heterossexuais a partir das ideias de “pureza” e “inocência” que são associadas aos corpos infantojuvenis, na medida que estes corpos são percebidos pela lógica masculina heteronormativa como objetos a serem dominados. Para a autora, tais lógicas produzem um corpo feminino marcado pela ambiguidade, pois ao mesmo tempo que a sua erotização propicia um sentimento de poder pela sua valorização na sociedade, também acaba por vulnerabilizar as meninas na medida que estas são culpadas por provocarem os homens com essa eroticidade.

Segundo Felipe e Guizzo (2003), as mídias vendem um corpo, mas esse não é qualquer corpo: é o corpo feminino jovem que é visto como desejável. Essa lógica da pedofilização afeta tanto o corpo infantil quanto o corpo feminino adulto. As mulheres adultas, sabendo dos padrões de beleza existentes na contemporaneidade, procuram métodos para retardar o envelhecimento. Esse padrão de corpo jovem como ideal pode ser facilmente percebido nas revistas dirigidas ao público masculino heterossexual. Nelas, jovens modelos com feições pré-adolescentes, que misturam ingenuidade e sedução, aparecem em ensaios sensuais e pornográficos utilizando elementos do universo infantil (FELIPE, 2006).

Já na imagem da menina vendida pela mídia, se percebe uma pequena mulher provocadora, através de suas poses, roupas e olhares. Felipe (2006) percebe que esse padrão de beleza imposto acaba por subjetivar o corpo infantil feminino e sua sexualidade através dos processos de pedofilização. Essa pedofilização faz com que meninas aprendam que para serem desejadas, valorizadas e amadas, precisam se comportar de determinada forma e que o poder feminino está atrelado a sua capacidade de sedução e eroticidade de um corpo performático. O que acaba por constituir tais corpos como sexualmente acessíveis ao desejo sexual do adulto, tornando-as assim vulneráveis a diferentes tipos de violências (NUNES, 2009).

4. CONCLUSÃO

O desenvolvimento desse estudo possibilitou compreendermos que a infância como conhecemos hoje, como uma fase permeada pela inocência e necessidade de proteção especial não é algo que sempre existiu, mas sim uma construção social e histórica. Enquanto tal, não haveria uma infância, mas sim várias infâncias que refletem os contextos e épocas nas quais se encontram. O estudo mostrou que essas dinâmicas que envolvem a infância acabam sendo atravessadas pelas mídias, que através de suas ideologias de consumo expõem crianças a uma preconização infantil, principalmente os corpos infantis femininos, que acabam sendo subjetivados por padrões de gênero sexualizados.

Assim, a presente pesquisa buscou entender como as mídias colaboram por reiterar as lógicas de sexualização dos corpos infantis femininos, através do qual estes se tornam sexualmente acessíveis ao desejo sexual do adulto, tornando-as assim vulneráveis a diferentes tipos de violências. Consideramos atingidos o objetivo da pesquisa e esperamos que o presente estudo contribua para a conscientização e disseminação de tal debate pela sociedade.

Por fim, se pensando que a sexualização infantil produzida pela mídia é uma problemática social e que pode acarretar a inúmeros tipos de violência, é necessário um olhar interdisciplinar para que esse tema também seja conhecido em diversas áreas do conhecimento, possibilitando assim uma maior compreensão e diálogo sobre tal assunto, visto que a complexidade do mesmo, que é cercado por questões afetivas, sociais, culturais, bem como ligado a traumas e violências, necessita de vários segmentos do conhecimento para que se possa buscar intervenções que promovam a saúde e bem estar frente ao prováveis efeitos de tal sexualização na subjetivação de meninas.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL. LEI 8.069/90, De 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, BRASÍLIA: Ministério da Justiça, 1995. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 01 set. 2020.

CHAMBOULEYRON, R. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In.: DEL PRIORE, M. **História da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p.55-83.

DEL PRIORE, M. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In.: _____. **História da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p.84-106.

FELIPE, J. **Afinal, quem é mesmo pedófilo?** Cad. Pagu. Campinas, n. 26, p. 201-223, jan/jun., 2006. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100009>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. **Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo**. Pro-Posições. Campinas, v. 14, n. 3, p. 119 -130, 2003. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643865>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

GUIZZO, B. S. **Identidades de gênero e propagandas televisivas: um estudo no contexto da educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 157. 2005. Disponível em:<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/4519>>. Acesso em: 10 set. 2020.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KARSAKLIAN, E. **Comportamento do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MOURA, E. B. B. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In.: DEL PRIORE, M. **História da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 259-288.

NUNES, M. R. **Pedofilização e mercado: o corpo-produto de crianças e adolescentes na era de direitos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 151. 2009. Disponível em:<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18269>>. Acesso em: 10 set. 2020.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In.: DEL PRIORE, M. **História da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 347-375.

PEREIRA, R. M. R. **Infância, televisão e publicidade: uma metodologia de pesquisa em construção**. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 116, p. 81-105, Jul., 2002. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200005>>. Acesso em: 29 ag. 2020.

ROTHER, E.T. **Revisão sistemática x revisão narrativa**. Acta Paul Enferm., São Paulo, v.20, n.2, p. 5- 6, jun. 2007. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SCARANO, J. Criança esquecida das Minas Gerais. In.: DEL PRIORE, M. **História da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 107-136.

SERPA, M. “Eles ficam loucos por nós”: As lógicas e gênero em adolescentes exploradas sexualmente. Psicol. Rev. Belo Horizonte, v. 24, n.1, p.1-18, abr. 2018. Disponível em:<<https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n1p1-18>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

STEINBERG, S. R. Kindercultura: A construção da infância pelas grandes corporações. In: SILVA, L. H.; AZEVEDO, J. C.; SANTOS, E. S. **Identidade social e a construção do conhecimento**. Porto Alegre: Ed. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, 1997, p. 98-145.

WALKERDINE, V. **A cultura popular e a erotização das garotinhas**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 24, n.2, p.75-88, jul/dez., 1999. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/55390>>. Acesso em: 29 ago. 2020.